



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO

8ª REUNIÃO PLENÁRIA

ATA DE REUNIÃO

1. DAS INFORMAÇÕES INICIAIS				
EVENTO	TIPO	SETOR EMITENTE	DATA / HORA	LOCAL
8ª Reunião Plenária	ORDINÁRIA	Secretaria-Executiva do CDPNB	23.11.2023 / 14h	Sala 97 do 4º Andar do Palácio do Planalto, Brasília/DF
2. DO INSTRUMENTO DE CONVOCAÇÃO				
<p>Ofício Circular nº 10/2023/CODEN/DCANUC/SAGAE/GSI/PR, de 23 de outubro de 2023, complementado pelos Ofícios Circulares nº 12 e nº 13/2023/CODEN/DCANUC/SAGAE/GSI/PR, de 27 de outubro de 2023, e pelo Ofício Circular nº 15/2023/CODEN/DCANUC/SAGAE/GSI/PR, de 26 de novembro de 2023, encaminhados para: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Defesa; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério do Planejamento e Orçamento; Comando da Marinha; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Amazônia Azul Tecnologias de Defesa; Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional; Eletronuclear; e Indústrias Nucleares do Brasil.</p>				
3. DA PAUTA DA REUNIÃO				
<p>a) Conclusão dos trabalhos dos seguintes Grupos Técnicos (GT), com a recepção dos relatórios finais e respectivos apensos:</p> <ul style="list-style-type: none">- GT-13: normatizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para pesquisa e uso médicos, apresentado pela CNEN/MCTI; e- GT-14: analisar aspectos direcionadores para a escolha de novos sítios nucleares, onde serão construídas as próximas usinas termonucleares no Brasil, apresentado pelo MME. <p>b) Proposta de instituição de novo Grupo Técnico (GT-15), com o propósito de elaborar o Plano Estratégico de Comunicação Social do Setor Nuclear 2024-2027, a ser coordenado pelo GSI/PR.</p> <p>c) Atualizações sobre as ações decorrentes dos trabalhos desenvolvidos no âmbito de grupos técnicos encerrados do CDPNB:</p> <ul style="list-style-type: none">- Equacionamento orçamentário para viabilização do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), conduzido pela CNEN/MCTI;- Efetivação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), criada pela Lei nº 14.222/2022, conduzido pelo MME; e- Projeto do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (CENTENA) – equacionamento orçamentário e processo de seleção de local, conduzido pela CNEN/MCTI. <p>d) Programa Finalístico 2306 - Política Nuclear, do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, com panorama dos objetivos específicos, indicadores e metas propostos para os próximos quatro anos, apresentado pela CNEN/MCTI.</p>				
4. DOS PARTICIPANTES				
ÓRGÃO	NOME		CARGO / FUNÇÃO	
Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS		Ministro (Coordenador)	
Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	Gen Div IVAN DE SOUZA CORRÊA FILHO		Secretário-Executivo	
Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	C Alte FRANCISCO ANDRÉ BARROS CONDE		Secretário-Executivo do CDPNB	
Casa Civil (CC)	RODRIGO RODRIGUES DA FONSECA		Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento	
Ministério da Defesa (MD) / Marinha do Brasil (MB)	V Alte (EN) GUILHERME DIONIZIO ALVES		Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo	
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	Embaixador CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY		Secretário de Assuntos Multilaterais Políticos	
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	Ministro MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA		Diretor do Departamento de Assuntos Estratégicos, de Defesa e de Desarmamento	

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	CARLOS GOULART	Secretário de Defesa Agropecuária
Ministério da Educação (MEC)	-	-
Ministério da Saúde (MS)	LEANDRO PINHEIRO SAFATLE	Diretor do Complexo Econômico-Industrial da Saúde
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	ADRIANO MACEDO RAMOS	Diretor Substituto do Departamento do Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica
Ministério de Minas e Energia (MME)	GUSTAVO SANTOS MASILI	Diretor do Departamento de Informações, Estudos e Eficiência Energética
Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)	DANIEL VELOSO COURI	Diretor de Programa da Secretaria Executiva
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	RAPHAEL PADULA	Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	THAIANNE RESENDE HENRIQUES FÁBIO	Diretora de Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)	FRANCISCO RONDINELLI JUNIOR	Presidente (Substituto)
Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)	WILSON APARECIDO PAREJO CALVO	Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento (Substituto)
Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)	ROBERTO SALLES XAVIER	Coordenador-Geral de Planejamento e Avaliação
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul)	NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO	Diretor-Presidente
Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar)	LUIS FERNANDO PAROLI SANTOS	Diretor-Presidente
Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar)	ADHEMAR PALOCCI	Chefe de Gabinete da Presidência
Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar)	WANDER AZEVEDO	Diretor de Comercialização de Energia e Projetos Estratégicos
Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar)	FERNANDA CARVALHO DE ABREU E CRESPO	Superintendente de Projetos Estratégicos
Eletronuclear	SINVAL ZAIDAN GAMA	Diretor Técnico
Indústrias Nucleares do Brasil (INB)	-	-

5. DOS ASSUNTOS TRATADOS

Não atingido o quórum às quatorze horas, o Coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), General Marcos Antonio Amaro dos Santos, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, deu início à 8ª Reunião Plenária, às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e três, dando as boas-vindas aos membros integrantes, representantes e convidados do Comitê, conforme previsto no art. 7º do Regimento Interno do Comitê.

Em suas palavras de abertura, o Ministro Amaro ressaltou: a relevância dos trabalhos e ações desenvolvidas pelo CDPNB para o desenvolvimento do setor nuclear; a integração interministerial para o alcance de metas e projetos do PNB transversais aos diversos setores do Governo Federal; o cenário geopolítico atual e o incentivo à matriz nuclear para mitigar os efeitos das mudanças climáticas mundialmente; as tendências globais no campo nuclear e o potencial brasileiro para se estabelecer como ator relevante e respeitado nesse cenário; a iminente necessidade de atualização da estrutura funcional e composição do CDPNB, bem como, o aprimoramento da Política Nuclear Brasileira.

A intenção de atualização do Decreto nº 9.828/2019, que institui o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB) foi comunicada pelo Coordenador aos demais membros. O processo de revisão será informado posteriormente, sendo acordado pelos demais membros. A nova estrutura do CDPNB deverá atualizar a nomenclatura dos Ministérios da atual gestão governamental. Além disso, serão avaliados outros aspectos de reestruturação da composição ministerial e das instâncias do Comitê.

Em seguida, submeteu a pauta para deliberação dos presentes, conforme item 3, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Na sequência, passou a palavra ao Secretário-Executivo do CDPNB, Contra-Almirante Francisco André Barros Conde, que realizou a apresentação dos assuntos pautados para a reunião, descritos a seguir:

a) Breve histórico das atividades do CPDNB;

b) Deliberação pela aprovação e publicação das seguintes minutas de Resolução:

- que referenda a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos do GT-13 e GT-14;
- que recomenda ao órgão regulador nuclear a normatização dos termos da CF/88, com base no Relatório Final do GT-13;
- que fixa os aspectos direcionadores para seleção de sítios nucleares, na forma de diretrizes, conforme proposta do Relatório Final do GT-14;
- que institui o Grupo Técnico (GT-15), que terá o propósito de elaborar o Plano Estratégico de Comunicação Social do Setor Nuclear 2024-2027, a ser coordenado pelo GSI.

c) Informações complementares de interesse ao Comitê; e

d) Datas das Reuniões Plenárias de 2024.

Após as apresentações de cada item da pauta, foi aberta a palavra para as considerações dos representantes presentes.

Conclusão e encerramento de Grupos Técnicos

1. O Sr. Wilson Calvo, representante da CNEN e Coordenador do GT-13, realizou uma apresentação sobre os resultados do referido Grupo Técnico, instituído com o propósito de normatizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para pesquisa e uso médicos, concluído em 28 de setembro de 2023. Ele destacou a necessidade de regulamentar, por meio de ato normativo do órgão regulador nuclear, as atividades previstas nas alíneas “b” e “c” do inciso XXIII do Art. 21 da Constituição Federal, tendo em vista a promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 118/2022, que ampliou a flexibilização do monopólio da União na produção de radiofármacos. Em resposta aos questionamentos do Sr. Marcelo Câmara (MRE), o Sr. Wilson Calvo informou que o mercado provedor de radiofármacos é limitado e que os principais países fornecedores de radioisótopos para uso médico ao Brasil, atualmente, são Rússia, África do Sul, Polônia, Holanda e França. Informou ainda que, por vezes, o fornecimento de tais insumos foi interrompido por situações não controladas pelo País, como conflitos armados e pandemia, destacando que a autossuficiência nacional na produção de radioisótopos pode ser alcançada pela conclusão e operação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB). O coordenador ainda destacou que o Brasil importa cerca de 5% da demanda do molibdênio do mundo, ressaltando ser esse um mercado restrito, sujeito a interrupções não controladas, como informadas anteriormente. Além disso, complementando a intervenção do Embaixador Cozendey, representante do MRE, o Sr. Wilson Calvo pontuou tratar-se de material não estocável, em razão do seu tempo de meia-vida relativamente curto, o que onera ainda mais o País, uma vez que parte do material decai ao longo da logística de transporte e utilização. Com relação à precificação dos insumos, ressaltou que, atualmente, o preço dos exames e procedimentos é acessível à população, uma vez que parte é subsidiado pela CNEN, que não reajusta a tabela de preços desde 2017. Contudo, com a publicação da EC nº 118/2022 e a entrada da iniciativa privada no mercado de radiofármacos, existe a necessidade de se avaliar o papel do Estado para a manutenção e expansão da oferta de radiofármacos para a realização dos procedimentos de medicina nuclear.

2. O Sr. Gustavo Masili, representante do MME e Coordenador do GT-14, realizou uma apresentação sobre os resultados do referido Grupo Técnico, instituído com o propósito de analisar os aspectos direcionadores para a escolha de novos sítios nucleares, onde poderão ser construídas as próximas usinas term nucleares no Brasil, concluído em 28 de setembro de 2023. Destacou que a situação sobre a qual o GT se debruçou era inédita, tendo em vista que, à época do início da construção da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAL), não estava vigente a Constituição Federal de 1988, que estabelece no § 6º do Art. 225, que “as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas”. Assim, em uma decisão governamental pela expansão da participação nuclear na matriz elétrica nacional, guiado pelo Plano Nacional de Energia (PNE) 2050, torna-se necessária uma orientação legislativa sobre o tema, com o intuito de mapear o caminho do Poder Executivo junto ao Congresso Nacional para a seleção de sítio. O Sr. Marcelo Câmara, representante do MRE, questionou o *status* em que se encontra a situação de construção da Usina Nuclear de Angra 3. O Sr. Gustavo Masili respondeu que atualmente o projeto de continuidade de Angra 3 foi incluído no Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), destacando estarem em curso discussões envolvendo a Eletronuclear e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para definir os montantes necessários e a forma de pagamento do empreendimento, estando a atual previsão para conclusão em dezembro de 2029. O Sr. Paroli, Diretor-Presidente da ENBPAR, esclareceu que estão em andamento estudos destinados a definir os valores das tarifas a serem cobrados durante a operação da Usina de Angra 3, os quais poderão ser escalonados conforme o período de operação da planta. O Sr. Sival, da Eletronuclear, complementou a informação, esclarecendo ainda que estão sendo realizadas atividades estruturadas pelo Plano de Aceleração da Linha Crítica da obra, em preparação à entrada da empresa EPCista, a ser contratada para a conclusão de Angra 3.

Proposta de Instituição de Novo Grupo Técnico

3. O Contra-Almirante André Conde apresentou proposta para instituir, a partir de fevereiro de 2024, grupo técnico com o propósito de planejar e definir as atividades e ações da Rede de Comunicação Social do Setor Nuclear para os próximos 4 anos. O grupo com duração de 180 dias, prorrogáveis por 180 dias, teria como produto final o Plano Estratégico de Comunicação Social para o Setor Nuclear 2024-2027, com vistas à disseminação integrada de informações sobre as aplicações da tecnologia nuclear desenvolvidas no País e seus benefícios à sociedade brasileira. Em resposta ao questionamento do Sr. Rodrigo Rodrigues, representante da Casa Civil, o C Alte André Conde ressaltou que obteve resposta positiva da SECOM/PR ao convite do GSI/PR para integrar o referido colegiado proposto, visando prover assessoria técnico-metodológica para atualização do documento e estruturação de ações estratégicas de comunicação e divulgação da narrativa de Estado para o Setor Nuclear.

4. Às 15h22, o Ministro do GSI/PR foi substituído pelo seu Suplente, o Secretário-Executivo do GSI/PR, Gen Div Corrêa Filho, devido à agenda do Presidente da República.

Atualização dos trabalhos de GTs em acompanhamento

5. O Sr. Calvo, representante do MCTI, realizou uma atualização sobre o andamento do projeto do RMB, conforme informações contidas na apresentação em anexo. Informou que, até o momento, foram investidos cerca de R\$ 285 milhões empregados, dentre outras atividades, na elaboração do Projeto Básico, no Projeto Detalhado do Reator e no desenvolvimento do combustível nuclear. Destacou que recentemente o

projeto recebeu cerca de R\$ 172 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Acrescentou ainda que o projeto foi incluído no PAC, com previsão de aporte de R\$ 1 bilhão até 2026. O Embaixador Cozendey, representante do MRE, frisou ainda a importância do projeto como relevante fator para a solidificação do relacionamento do Brasil com a Argentina no Setor Nuclear. O Sr. Raphael Padula, representante do MCTI, informou que o Ministério tem adiantado recursos previstos, como foram realizados esse ano, tendo sido disponibilizados R\$ 152 milhões, frente aos R\$ 90 milhões inicialmente previstos, além de também já ter sido aprovado pelo Conselho coordenador do FNDCT o envio de mais recursos ao empreendimento, totalizando R\$ 350 milhões para esse ano.

6. O Sr. Calvo, representante da CNEN/MCTI, relatou sobre a situação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (CENTENA), conforme informações contidas na apresentação em anexo. Ressaltou o caráter estruturante do projeto, cuja principal função será o armazenamento de rejeitos radioativos de baixo e médio nível de radiação provenientes, principalmente, das operações das usinas nucleares, das instalações do ciclo do combustível nuclear, dos depósitos intermediários da CNEN e de aplicações da tecnologia nuclear na saúde, indústria, dentre outros. Comunicou que o Presidente da CNEN tem mantido tratativas com a Eletronuclear e a ENBPar, principais clientes do CENTENA, com vistas a obter solução para o equacionamento orçamentário do empreendimento e composição do valor a ser pago pelas empresas para o armazenamento dos rejeitos radioativos estocados na CNAEA. A Amazul também foi contratada para apoiar no desenvolvimento das etapas projeto e construção. Na sequência, destacou também que após conduzido o processo de seleção definido pela área regulatória da CNEN, com base em normas internacionais, foi definido o local preferencial para instalação do CENTENA, dentre os cinco pré-selecionados geologicamente, e que atualmente está sendo finalizado Acordo de Cessão do Terreno com o Exército Brasileiro, com previsão de assinatura ainda em 2023, para a conclusão dos demais estudos geológicos e caracterizações necessárias ao licenciamento nuclear e ambiental. Destacou ainda a elaboração de Tese de Investimentos Preliminar e Plano de Gerenciamento de Riscos ao empreendimento, além da condução de estudos de Pesquisa e Desenvolvimento em barreiras do sistema de deposição. Por fim, os principais desafios ao empreendimento foram caracterizados em três vertentes: Financeiros, Técnicos e Políticos, conforme demonstrado na tabela constante do slide 32 da apresentação anexa.

7. O Sr. Gustavo Masili, representante do MME, apresentou histórico sobre a separação das funções de regulação e fiscalização das de fomento da CNEN, por meio da Lei nº 14.222/2021, que criou a ANSN. Informou que, no atual momento, o nome indicado pelo MME para assumir o cargo de Diretor-Presidente da ANSN foi encaminhado pelo Ministro à Presidência da República, tendo sido aprovado pela Casa Civil, aguardando à sua submissão à sabatina no Senado Federal, por meio de Mensagem ao Congresso Nacional. O Embaixador Cozendey, representante do MRE, salientou a importância da efetiva criação e estruturação da ANSN, tendo em vista a adequação aos compromissos internacionais assumidos pelo País e alinhamento às expectativas da comunidade internacional, que por vezes se torna constrangedor ao Brasil pelo não atendimento pleno das informações divulgadas recentemente em eventos e fóruns da Agência Internacional de Energia Atômica.

Programa 2306 - Política Nuclear - PPA 2024-2027

8. O Sr. Calvo, em substituição ao Sr. Roberto Xavier, Coordenador-Geral de Planejamento da CNEN/MCTI, realizou apresentação sobre o Programa 2306 (Política Nuclear) do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Foi apresentado panorama dos objetivos específicos, indicadores e metas propostos para os próximos quatro anos a todos os integrantes do CDPNB, apontando subsídios relevantes para orientar decisões acerca de questões alocativas, tendo em vista a natureza multissetorial e interministerial do programa. Destacou o objetivo geral e objetivos específicos do referido Programa, coordenado pelo MCTI, bem como os respectivos indicadores e entregas em cada um dos Eixos Estratégicos, que envolvem ações não apenas da CNEN, como também de outros atores do setor nuclear, como MB, Eletronuclear, INB e Nuclep, conforme ilustrado nos slides 36 a 43 da apresentação anexa.

Reuniões Plenárias do CDPNB em 2024

9. Foram propostas as seguintes datas para as reuniões plenárias do CDPNB para o próximo ano: 9ª Reunião Plenária prevista para 20 de junho de 2024; e 10ª Reunião Plenária prevista para 21 de novembro de 2024. As datas serão formalizadas e confirmadas por Ofício do GSI/PR. Por oportuno, foi informada a previsão da convocação de reuniões extraordinárias do Comitê para o próximo ano, a fim de apresentar proposta de reestruturação do CDPNB e reformulação da sistemática de funcionamento das instâncias do colegiado em questão. O Secretário-Executivo do GSI salientou ainda que, na medida do possível, serão circuladas anteriormente entre os membros do colegiado as minutas de documento e proposta de atos que serão tratadas em reunião, a fim de se otimizar o fluxo das informações e considerações aportadas.

Considerações Finais

10. Antes de abrir a palavra para as considerações finais, o Secretário-Executivo do GSI ressaltou o papel fundamental que o CDPNB tem desempenhado em apoio aos Ministérios para viabilizar a implantação de importantes projetos estratégicos para o setor nuclear brasileiro. Considerando a transversalidade e aplicabilidade desses empreendimentos para o desenvolvimento nacional e o bem-estar da sociedade brasileira, salientou a importância de os atores ministeriais continuarem envidando esforços para a garantia dos recursos e condições necessárias para as ações destacadas anteriormente, como o RMB, o CENTENA e a ANSN, além de outros que não foram citadas da reunião Plenária, mas que também são essenciais para o Setor Nuclear Brasileiro, como a Usina Nuclear de Angra 3, o Laboratório de Geração Nucleoelétrica, o Submarino Convencionalmente Armado com Propulsão Nuclear e o Irradiador para produtos do agronegócio.

11. O Ministro Marcelo Câmara, representante do MRE, destacou o alento obtido durante a Reunião Plenária ao se verificar o estágio e o andamento de importantes temas do setor nuclear, como o RMB, o CENTENA e a ANSN, tendo em vista o alto grau de estagnação ocorrido por anos. Exemplo disso, foi o desenvolvimento do reator RA-10, em fase final de construção pelos vizinhos argentinos, com previsão de entrada em operação para o próximo ano, enquanto o RMB ainda se encontrava em fase inicial de construção. Ressaltou que houve uma descontinuidade de projetos do Programa Nuclear Brasileiro, que são iniciativas de Estado e, portanto, de caráter estratégico ao País. Nesse sentido, destacou o papel de Governança desempenhado pelos membros do Comitê, dando sentido e sequência à implementação dos projetos e ações do setor nuclear. Por fim, enfatizou ainda que cabe aos membros do Comitê zelar pela continuidade e viabilização dos objetivos definidos para o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, considerando, principalmente, as grandes capacidades de recursos materiais e tecnológicos que o País apresenta.

12. O Sr. Adriano Macedo, representante do MDIC, agradeceu o convite ao Ministério para participar da 8ª Reunião Plenária e do Comitê, considerando a nova estrutura governamental. Ressaltou que o MDIC tem participado ativamente do planejamento de atividades que envolvem o desenvolvimento do setor nuclear, considerando a transversalidade dos objetivos destacados pela política nuclear com a política industrial, em desenvolvimento, com ações previstas para os próximos 10 anos que envolvem a produção de radiofármacos, a descarbonização da matriz

elétrica, as áreas de soberania e defesa, dentre outras. Saliou ainda a importância e oportunidade de o MDIC voltar a ser um membro pleno do CDPNB, tendo em vista a reedição do Decreto que dispõe sobre o Comitê, para que a Pasta possa continuar contribuindo com as ações do colegiado para o próximo ano.

13. O Vice-Almirante Engenheiro Naval Guilherme, representante do MD, destacou que a Marinha do Brasil vem desempenhando essencial papel para o desenvolvimento não só do Programa Nuclear da Marinha, como de todo PNB. Destacou que a imagem do setor nuclear vem sendo alterada ao longo dos anos, que tem alavancado os seus projetos estruturantes com capacidade genuinamente nacional, com transbordamento das aplicações dessa tecnologia em benefício da sociedade brasileira em diversas áreas, como medicina nuclear e conservação de alimentos.

14. O Vice-Almirante Newton, Diretor-Presidente da Amazul, salientou as capacidades oportunizadas pela empresa em um amplo espectro de atividades no setor nuclear, inclusive, para o desenvolvimento de projetos para irradiação de alimentos, ainda pouco utilizada pelo mercado brasileiro. Destacou ainda o alto nível de contratação de engenheiros nucleares pela empresa, mas que ainda assim, o setor nuclear perde muitos de seus profissionais altamente capacitados para outros setores e mercados.

15. O Sr. Francisco Rondinelli, Presidente da CNEN, e o Sr. Roberto Xavier, Coordenador de Planejamento da CNEN, integraram a Plenária às dezesseis horas e cinco minutos. O Sr. Rondinelli se desculpou pelo atraso devido a retenção do voo proveniente do Rio de Janeiro. De todo modo, salientou que o Sr. Calvo estava apto e disponível para apresentar as informações solicitadas à CNEN relativas ao GT-13, RMB, CENTENA e Programa "Política Nuclear" do PPA 2024-2027. Por fim, frisou a importância e a transversalidade das ações desempenhadas e projetos desenvolvidos pela autarquia.

6. MATÉRIAS SUJEITAS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Item	MATÉRIA	DELIBERAÇÃO
I	Referendar a Resolução CDPNB nº 24, de 4 de abril de 2023, que prorrogou, por cento e oitenta dias, o prazo para conclusão dos trabalhos dos Grupos Técnicos GT-13 e GT-14 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, instituídos na forma dos arts. 1º e 2º do Anexo da Resolução CDPNB nº 20, de 15 de setembro de 2022.	O Comitê referendou, por unanimidade, a Resolução CDPNB nº 24, de 4 de abril de 2023.
II	Recomendar ao órgão regulador nuclear a elaboração de ato normativo que regulamente e delimite as atividades previstas nas alíneas "b" e "c" do inciso XXIII do Art. 21 da Constituição Federal, com base no o Relatório Final do GT-13, instituído na forma do art. 1º do Anexo da Resolução CDPNB nº 20/2022, de 15 de setembro de 2022.	O Comitê recebeu o Relatório Final do Grupo Técnico em comento, deliberando, por unanimidade, pela recomendação ao órgão regulador nuclear a elaboração de ato normativo que regulamente e delimite as atividades previstas nas alíneas "b" e "c" do inciso XXIII do Art. 21 da Constituição Federal, com base no Relatório Final do GT-13.
III	Fixar, na forma de diretrizes, os aspectos direcionadores para a escolha de novos sítios nucleares, onde poderão ser construídas as próximas usinas termonucleares no Brasil, elaborados no âmbito do GT-14 instituído pelo Art. 2º do Anexo à Resolução CDPNB nº 20/2022, de 15 de setembro de 2022.	O Comitê recebeu o Relatório Final do Grupo Técnico em comento, resolvendo, por unanimidade, fixar, na forma de diretrizes a órgãos, os aspectos direcionadores para a escolha de novos sítios nucleares, onde poderão ser construídas as próximas usinas termonucleares no Brasil, elaborados no âmbito do GT-14.
IV	Instituir o Grupo Técnico com o propósito de atualizar e definir as atividades e ações da Rede de Comunicação Social do Setor Nuclear para os próximos 4 anos, a ser coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por meio da elaboração do Plano Estratégico de Comunicação Social do Setor Nuclear 2024-2027.	O Comitê resolveu, por unanimidade, instituir o Grupo Técnico na forma apresentada pelo proponente, incluindo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, pelas competências afetas à coordenação e ao acompanhamento da comunicação interministerial e das ações de informação, difusão e promoção das políticas do Poder Executivo federal.

7. DAS PRÓXIMAS REUNIÕES

9ª Reunião Plenária: 20 de junho de 2024; e

10ª Reunião Plenária: 21 de novembro de 2024.

8. ENCERRAMENTO

Por fim, o Secretário Executivo do GSI informou que a Ata seria encaminhada oportunamente aos membros componentes do Comitê, para eventuais contribuições e ratificação. Não havendo mais nada a acrescentar por parte dos mesmos, às dezesseis horas e quinze minutos,

agradeceu novamente a participação de todos os presentes e deu por encerrada a 8ª Reunião Plenária do CDPNB.

9. ASSINATURAS

Brasília/DF, na data da assinatura eletrônica.

Contra-Almirante FRANCISCO ANDRÉ BARROS CONDE
Secretário-Executivo do CDPNB

MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS
Coordenador do CDPNB



Documento assinado eletronicamente por **Francisco André Barros Conde, Secretário(a)**, em 22/01/2024, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Amaro dos Santos, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**, em 23/01/2024, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4788914** e o código CRC **7ED2EE94** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0